



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA**

**A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS/ EJAII:
POSSIBILIDADES DE OUTRAS PEDAGOGIAS**

**CASTANHAL-PARÁ
2022**

MYRHIA SAMILA SANTOS VIEIRA

**A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS/ EJAII:
POSSIBILIDADES DE OUTRAS PEDAGOGIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela Prof.^a Dr.^a. Eula Regina Lima Nascimento, apresentado a Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – Campus de Castanhal, como requisito para obtenção de grau em Licenciatura Plena em Pedagogia

CASTANHAL-PARÁ
2022

MYRHIA SAMILA SANTOS VIEIRA

**A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS/ EJAII:
POSSIBILIDADES DE OUTRAS PEDAGOGIAS**

Data da aprovação: ___/___/_____

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Eula Regina Lima Nascimento
Orientadora - UFPA

Prof. Dr. João Batista Santiago Ramos
Examinador Interno – UFPA

Profa. Ma. Denise Kelly Lima Sodré
Examinadora Externa – UFPA

CASTANHAL-PA
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por todas oportunidades, desafios e conquistas vivenciadas. Por ter sido minha fonte de refúgio em todos momentos, mesmo nos que não roguei a Ele, senti/sinto sua presença a me iluminar.

A minha família – pai, mãe, irmã, irmão, avos, tios e tias, primas e primos, que estiveram sempre presentes, me apoiaram desde a educação infantil até aqui na graduação minha gratidão e respeito.

Ao meu filho e esposo que surgiram em minha vida justamente no período acadêmico, período este marcado por diversas mudanças, por desafios e superações constantes, meu muito obrigado. Por meu filho, Heitor, ser minha fonte de inspirações, de fazer com que eu siga comovida e muda, com esperança naquilo que não sei se um dia alcançarei. Ao meu esposo, que me apoia no itinerário da vida, pois pelo sonho é que vamos.

Aos amigos(as), colegas e companheiros(as) que passaram por minha vida e que contribuíram na formação da pessoa que sou hoje. Que acreditaram junto comigo ou mesmo que pensavam que eu não conseguiria e isto foi uma mola propulsora para que eu seguisse acreditando que é possível.

A minha orientadora, professora Eula Nascimento agradeço pela disponibilidade de orienta-me na produção deste trabalho, por me encorajar e impulsionar no meu crescimento acadêmico. Nesse sentido, agradeço por todas contribuições.

Enfim, a todos meus professores e servidores que compõem a Universidade Federal do Pará e as demais instituições por onde passei para chegar até aqui, agradeço pelas múltiplas contribuições em minha formação educacional e pessoal, pois eles e elas foram fundamentais neste caminho.

Pelo Sonho é que vamos,
comovidos e mudos.
Chegamos? Não chegamos?
Haja ou não haja frutos,
pelo sonho é que vamos.

Basta a fé no que temos,
Basta a esperança naquilo
que talvez não teremos.
Basta que a alma demos,
com a mesma alegria,
ao que desconhecemos
e do que é do dia-a-dia.

Chegamos? Não chegamos?
– Partimos. Vamos. Somos

Sebastião da Gama

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	PERCURSO METODOLOGICO	11
3	A EJAI E SEUS SUJEITOS	13
4	OUTRAS PEDAGOGIAS A LUZ DE FREIRE E ARROYO.....	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
	REFERÊNCIAS.....	24

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo compreender os sujeitos inseridos na Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas – EJAI, bem como, as razões de não terem acessado antes à Educação Escolar. Ademais, o trabalho objetiva refletir sobre possibilidade de Outras Pedagogias Emancipadoras, pautadas em Freire e Arroyo. A investigação possui abordagem qualitativa, realizada por meio da pesquisa bibliográfica e de campo, com inserção de dados pertinentes do Estágio de Docência na EJAI. As técnicas utilizadas para produção de dados foram entrevistas não-diretivas, história de vida e observação. Os principais autores que nortearam a discussão foram Arroyo (2014), Freire (2018), Freire (2019), Jardimino e Araújo (2014) e dentre outros. Como resultados da pesquisa concluímos que os sujeitos da EJAI são pessoas que enfrentam barreiras educacionais, sociais, culturais, econômicas, lidando com relações de negação de direitos, subalternações e opressões. Além disso, no que se refere ao fazer pedagógico identificamos que precisa estar a serviço dos processos de formação humana e educacional dos educandos. Logo, concluímos a necessidade de Outras pedagogias de concepção emancipadora, na qual os sujeitos, que tiveram seus direitos negados, sejam valorizados em suas histórias de vida, seus saberes, seus fazeres, enquanto cidadãos, sujeitos de direito nos processos de ensino-aprendizagem contextualizados, ressignificados, visando a igualdade de acesso à educação como bem social, garantia de direito humano.

Palavras – chave: EJAI, Negação de direitos, Outras Pedagogias Emancipadoras

ABSTRACT

The research aims to understand the subjects inserted in the Education of Young, Adult and Elderly People - EJAI, as well as the reasons for not having accessed School Education before. In addition, the work aims to reflect on the possibility of Other Emancipating Pedagogies, based on Freire and Arroyo. The investigation has a qualitative approach, carried out through bibliographical and field research, with insertion of relevant data from the Teaching Internship at EJAI. The techniques used for data production were non-directive interviews, life history and observation. The main authors who guided the discussion were Arroyo (2014), Freire (2018), Freire (2019), Jardimino and Araújo (2014) and others. As a result of the research, we conclude that the subjects of EJAI are people who face educational, social, cultural, economic barriers, dealing with relationships of denial of rights, subordination and oppression. In addition, with regard to pedagogical work, we identified that it needs to be at the service of the students' human and educational training processes. Therefore, we conclude the need for Other pedagogies with an emancipatory conception, in which the subjects, who had their rights denied, are valued in their life stories, their knowledge, their actions, as citizens, subjects of law in the contextualized teaching-learning processes, resignified, aiming at equal access to education as a social good, guarantee of human rights.

Keywords: EJAI, Denial of rights, Other Emancipating Pedagogies

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EJAI) e tem como tema – Os sujeitos da EJAI e as possibilidades de Outras Pedagogias. Ademais, a pesquisa tem como objetivo compreender os sujeitos inseridos na EJAI, refletindo as razões de não terem tido o direito de estudar na infância e adolescência. Além disso, o trabalho aborda sobre a necessidade de Outras Pedagogias Emancipadoras, com base em autores como Freire e Arroyo.

A EJAI é uma modalidade de ensino que historicamente vivenciou diversas mudanças no decorrer de sua trajetória, no que tange aos marcos legais. Legalmente, teve pela primeira vez um capítulo dedicado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB. 5692/71), em 11 de agosto de 1971 que dizia o ensino supletivo seria ofertado em 1º e 2º graus, em tempo reduzido, com o intuito de qualificar e certificar homens e mulheres que não possuíam formação escolar, em detrimento disso, não conseguiam ingressar no mercado de trabalho (JARDILINO E ARAÚJO, 2014).

Vale destacar que essa Lei foi aprovada em pleno período da ditadura militar e a população brasileira não participava dos processos de pensar a educação brasileira. A LDB estabelecia “o ensino da leitura, escrita e os rudimentos da matemática, além da formação profissional e do ensino regular das disciplinas, conforme as necessidades da comunidade a ser atendida” (JARDILINO E ARAÚJO, 2014, p.117-118). Nesse sentido, observa-se que a EJAI tem o objetivo de qualificar mãos de obras para o mercado de trabalho.

Com a redemocratização do país e o fim da ditadura militar, no processo de reabertura política, a sociedade brasileira vivenciou o crescimento e fortalecimento dos movimentos sociais organizados lutando pela garantia de direitos sociais, diante das pressões públicas a Constituição brasileira então garantiu o direito da educação para todos, tornando obrigatório e gratuito o acesso à educação. No art. 208 da Constituição de 1988, constava que “o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: I_ Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (Brasil, 1988, p.95). Duas décadas depois, em 2009, a Emenda Constitucional de nº 59 abrangeu a obrigatoriedade para toda Educação Básica.

Ademais, outro marco importante a destacar foi a promulgação da LDB nº 9.394/1996, nela essa modalidade teve a denominação ampliada de ensino para educação, sendo designada de Educação de Jovens e Adultos. Além disso, os conteúdos deveriam atender as esfericidades dos discentes, direcionados para formação social e profissional (e não somente profissional).

Diante disso, percebe-se uma preocupação com uma concepção de educação comprometida com a formação de um discente enquanto ser pensante, consciente de seu papel na sociedade, que tem direito a educação e não apenas a escolarização somente com o intuito de formar mão de obra barata.

Nesse contexto, por se tratar de uma escolarização predominante para pessoas adultas, e muitas trabalham durante o dia todo, as aulas ocorrem em sua maioria no turno noturno, porém pode e deve ser ofertada em outros horários. Esta categoria de ensino pode ou não ser dividida em etapas, nas escolas de ensino fundamental geralmente são divididas em quatro etapas, 1º e 2º etapa referente aos anos iniciais do ensino fundamental, e 3º e 4º etapa aos anos finais.

Vale destacar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não tem um capítulo que aborde os conteúdos específicos para EJAI, sendo assim, cabe ao professor fazer adequações dos conteúdos a serem trabalhados em salas de aula. Na BNCC, os assuntos são direcionados para crianças e adolescentes do ensino regular, que se distancia da realidade dos discentes da EJAI, pelas trajetórias, experiências e conhecimentos acumulados ao longo da vida.

Ademais, vale enfatizar que a pesquisa teve essas pessoas, EJAI, ou seja, jovens, adultas e idosas como principais interlocutores do trabalho. Utilizo a sigla EJAI – Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, como uma maneira de incluir e reconhecer a presença das pessoas idosas, pois muitos estudos ainda utilizam somente a sigla EJA – Educação de Jovens e Adultos. Acredito que seja imprescindível reconhecê-las e demonstrar que as pessoas idosas também estão presentes ali, naquele espaço, de forma pulsante, latente, pois muitas conseguiram chegar nas escolas somente nesta etapa da vida, e é importante valorizar a sua presença, reconhecer suas potencialidades e motivar sua permanência.

Nesse sentido, faz-se necessário conhecer os sujeitos da EJAI, reconhecendo suas histórias e perspectivas com o intuito de buscar outras pedagogias capazes de valorizar as histórias e lutas da/os educandas/os, que valorizando busque nova concepção de viés emancipador, com metodologias que tenham reais significados na vida de cada uma dessas pessoas. Pois não podemos falar de uma única pedagogia, uma vez que ela é tecida no seio das relações sociais, culturais e políticas. Faz-se necessário refletir sobre Outras Pedagogias, como forma de reconhecer os Outros Sujeitos presente dentro do ambiente escolar (ARROYO, 2014).

O interesse pela temática surgiu quando estava cursando a disciplina de Psicogênese da Linguagem, no início do curso de Pedagogia no ano de 2018, na Faculdade de Pedagogia, do Campus de Castanhal. Minha equipe de trabalho foi sorteada para desenvolver uma atividade

em uma turma da EJAI, que funcionava anexa no Campus Universitário de Castanhal. O trabalho consistia em aplicar uma atividade para analisar o nível de alfabetização (pré-silábico, silábico ou alfabético) junto aos educandos.

Além disso, uma nova inspiração pelo tema ressurgiu quando estava fazendo a disciplina de Estágio de Docência na Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, no oitavo semestre da graduação onde vivenciei momentos em que tive a oportunidade de conhecer mais sobre as perspectivas dos sujeitos da EJAI, muitos relatos dos sonhos, motivações e negação ao acesso à educação que cada um e uma trazia para as partilhas. Nesse sentido, essas duas experiências foram o pilar para a escolha e interesse pela temática em questão.

Diante disso, acredito que a pesquisa poderá auxiliar em uma melhor compreensão do público alvo da modalidade de ensino EJAI. Pois para se desenvolver práticas educativas humanizadoras, emancipadoras, faz-se necessário conhecer seu público alvo. Uma vez conhecendo a realidade pode-se contextualizar, ressignificar o fazer pedagógico, buscando agir de forma política, pedagógica, crítica, reflexiva, com intencionalidade, pois essa é uma das principais características do trabalho pedagógico emancipador (FREIRE, 2019).

Cabe destacar que por meio desta pesquisa espera-se que profissionais e pesquisadores da área educacional, ampliem sua compreensão sobre a relevância das histórias de vida, de negações de direitos dos sujeitos da EJAI no âmbito do processo de ensino-aprendizagem, de caráter emancipador. E que assim possam ressignificar seus fazeres pedagógicos com o intuito de melhor desenvolver o processo de formação humana, de educação, de escolarização das pessoas da EJAI.

2 PERCURSO METODOLOGICO

O presente trabalho tem abordagem qualitativa, de acordo com Minayo (2001, p.22) “responde a questões particulares. Nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Além disso, vale destacar nas pesquisas qualitativas “todo tema pode ser considerado inédito, uma vez que um mesmo fato pode ser abordado por determinado pesquisador segundo a visão de um referencial ou com base em um método que ainda não tenha sido contemplado em outras pesquisas” (RHODEN e ZANCAN, 2020, p. 3). Neste sentido, o trabalho é um aparato para ressignificar a compreensão acerca da temática.

Trata-se de um trabalho de caráter explicativo, no qual a investigadora busca registrar e analisar os fenômenos estudados com o intuito de perceber suas causas, nesse caso os sujeitos da EJAI, a negação de direitos e a possibilidades de outras pedagogias.

No que se refere as técnicas utilizadas para a produção dos dados, uma foi entrevista não-diretivas, na qual foram colhidas informações dos sujeitos da EJAI, a partir do discurso espontâneo (SEVERINO, 2007). Outras técnicas foram histórias de vida e observação, realizadas no decorrer da construção da investigação. Segundo Andrade (2009, p.123), os procedimentos metodológicos são históricos, esse uma vez que a produção do conhecimento tem um compromisso com seu tempo que “consiste em investigar os acontecimentos, processos e instituições para verificar sua influência na sociedade de hoje”.

Ademais, vale ressaltar que a construção desse artigo se deu embasado em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. De acordo com Severino (2007, p. 122,) a primeira “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, livros, artigos, teses etc.”. No que se refere a pesquisa de campo o autor enfatiza que a coleta dos dados é realizada “nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados” (SEVERINO, 2007, p 123), ou seja, o pesquisador vai a campo observar, ouvir, conviver com os sujeitos da pesquisa.

Parte do percurso metodológico do estudo foi desenvolvido no período do Componente Curricular obrigatório denominado Estágio de Docência na Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Pará – Campus Castanhal. Que tinha como objetivo geral reconhecer a realidade multifacetada da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas/EJAI, em escola pública, privada, urbana, do campo, visando a construção da identidade docente, a partir do diálogo com os diferentes sujeitos, espaços estagiados.

O lócus do estágio foi realizado na Escola Municipal Maria Inês Costa, da Rede Municipal de Ensino de Castanhal, localizada no bairro Fonte Boa, município de Castanhal –

PA, com carga horária de sessenta horas–aulas. No decorrer do estudo realizamos uma caracterização da turma, na qual realizamos o estágio de docência.

A turma tinha trinta (30) alunos matriculados e somente quinze (15) alunos frequentando efetivamente. A faixa etária dos alunos variava entre quinze (15) a sessenta e sete (67) anos. Além disso, durante o período de estágio, um dado significativo foi a frequência, a presença das discentes do sexo feminino, no cotidiano da sala de aula. Em contrapartida, foi possível perceber a baixa frequência, ou quase ausência dos discentes do sexo masculino, uma vez que somente três (03) homens foram as aulas e o restante da turma presente em sala era composto pelas mulheres.

Um outro dado, que vale destacar, são as ausências constantes dos discentes em sala de aula, uma vez que os alunos faltavam bastante. No decorrer do estágio houve variação no quantitativo dos discentes em sala de aula alterando entre doze (12) a maior frequência acompanhada, além do número de oito (8) e atingindo o quantitativo de seis (6) discentes presentes.

No percurso metodológico da construção escrita no decorrer do trabalho foram utilizadas algumas partes dos relatos produzidos no decorrer das entrevistas realizadas com três (03) discentes um (01) discente. A pedido dos educandos suas identidades não serão reveladas, como forma de garantir o direito por eles demandado, de resguardar as identificações. Para identificá-los foram utilizados nomes fictícios, a primeira discente recebeu a denominação de Clara, a segunda Melina e a terceira Elysa; o discente foi chamado de Abner.

Neste sentido, a pesquisa foi iniciada durante o estágio de docência na EJAI, com revisão da literatura, e a coleta de dados junto aos sujeitos. Na sequência foram analisados os dados e concatenados com as teorias dos autores, como: Freire (2018), Freire (2019), Arroyo (2014), Jardimino e Araújo (2014), Silva, Souza e Barbosa (2021), Santos e Dantas (2020).

3 A EJAI E SEUS SUJEITOS

Na continuidade das reflexões sobre a Educação de Pessoas Jovens e Adultas e Idosas e os seus sujeitos, importante reafirmar que compreendemos esta modalidade na sua premissa de garantir a educação como bem social, como garantia de direito humano.

Nesse sentido, podemos reafirmar que cabe a EJAI o desafio da garantia do direito humano a educação, especialmente aquelas pessoas que tiveram esse direito negado, ao longo da vida. Cabe as políticas públicas de educação emancipadoras a efetivação de compromissos históricos da sociedade brasileira, na perspectiva de garantir igualdade de oportunidades, inclusão, justiça social, equidade.

Essa forma de compreensão da EJAI dialoga com autores como Freire (2019), Arroyo (2006) com a perspectiva emancipadora de pensar e fazer educação, que abrange a pessoa jovem, adulta, idosa na sua totalidade como sujeito social. Educação emancipadora a serviço da vida humana, que tem como base a leitura crítica da realidade, da relação homem-mundo, enquanto pedagogia das pessoas humanas, construída com eles e não para eles na ação, na reflexão na perspectiva da transformação da realidade

Desta feita, nossa reflexão dialoga com autores como Freire e Arroyo, e em sintonia as bases legais definidas inicialmente pela Constituição Federal do Brasil/1988, a qual tem como princípio fundante que toda e qualquer educação deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205).

Nesse contexto, importante ressaltar que os direitos dos sujeitos da EJAI é um direito positivado, constitucionalizado, que também foi determinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB 9.394/96, além de outras bases legais como o Parecer CNE/CEB Nº11/2000, pela Resolução CNE/CEB Nº01/2000, pelo Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01), além do Plano de Desenvolvimento da Educação, bem como em Compromissos e acordos assumidos nacionalmente e internacionalmente.

Com base nas premissas, reafirmamos a garantia de direitos dos sujeitos da EJAI, e nesse sentido destacamos que de acordo com o Parecer nº 11 de 10 de maio de 2000, do Conselho Nacional de Educação/ Câmara da Educação Básica a Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas tem funções reparadora, equalizadora e qualificadora.

Reparadora, no sentido de garantir um direito social que por muito tempo foi negado, devido diversas discriminações e exclusões sociais, nesse sentido a garantia de acessar e frequentar o ambiente escolar tem o intuito de reparar o direito negado no decorrer da vida, e

não somente como um suprimento escolar. Diante disso, “é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de estudantes jovens, adultos e idosos” (SILVA, SOUZA E BARBOSA, 2021, p.85).

Com relação a função equalizadora, o parecer relaciona a igualdade de oportunidades, possibilitando o “desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que os sujeitos atualizem seus conhecimentos, aprimorando-os, e troquem experiências, tendo acesso a novas formas de trabalho e de cultura” (SILVA, SOUZA e BARBOSA, 2021, p. 86).

Nesse sentido, a função qualificadora complementa a equalizadora, pois de acordo com o relator Jamil Cury, a EJAI é qualificadora, pois buscar uma educação para além do mercado de trabalho, sendo que a mesma deve qualificar os sujeitos como forma de reinseri-los novamente na vida social, uma vez que assim eles e elas possam participar da política, intervenção social e na transformação da realidade (SILVA, SOUZA E BARBOSA, 2021).

Ademais, a EJAI assumindo realmente suas funções reparadora, equalizadora e qualificadora é capaz de garantir direitos e contribuir para reinserir os sujeitos na vida social, uma vez que somente reconhecendo-se um/uma oprimido (a) é possível mudar ou lutar pela mudança, fazendo valer os seus direitos.

Freire (2018) enfatiza que quanto mais o sujeito se assume e percebe com relação as razões de ser e por que está sendo, mais ele ou ela tem a capacidade de mudar, ou seja, o oprimido só poderá superar a relação opressor-oprimido quando se reconhece, e a educação emancipadora, seja ela escolar ou não, é o pilar fundamental desta mudança.

Diante deste diálogo com os autores, buscamos refletir os seguintes questionamentos:

E quem são os sujeitos da EJAI? Quem são as pessoas que precisam de uma educação reparadora, equalizadora e qualificadora? Quem são os oprimidos por esse sistema opressor?

Com base nos dados produzidos no Estágio de Docência na Educação de Pessoas Jovens e Adultos, realizado em uma turma de Segunda Etapa do Ensino Fundamental, em uma escola localizada no populoso bairro Fonte Boa, do município de Castanhal – PA. Identificamos que o público alvo dessa modalidade era bem heterógeno, os dados coletados apontaram jovens a partir de quinze (15) anos à pessoas idosas de sessenta e sete (67) anos de idade.

Com relação a suas ocupações pessoais e profissionais, são mulheres donas de casa; mulheres que trabalham fora (com empregos, formal e informal), são homens que trabalham

com serviços braçais, jovens que não tiveram sucesso na vida escolar, idosas já aposentadas e pessoas que migraram do campo para cidade e atualmente tem a oportunidade de estudar.

De acordo com Bernar (2020, p. 130) dentre os sujeitos que frequentam a EJAI, a maioria são mulheres, e os estereótipos sobre elas são:

Em primeiro lugar, são mulheres e “lugar de mulher é em casa cuidando do marido, da casa e dos filhos”, foi o que ouviram sempre em casa ou na rua. [...] Em segundo lugar, são mulheres oriundas das classes populares, negras em sua maioria. Vivem o descaso político em relação à sua classe, as dificuldades de locomoção e habitação (ruas sem asfalto, casas sem saneamento básico) [...]. Seu dia a dia é difícil e recheado de olhares inquisidores, como se representassem uma ameaça constante aos outros.

Diante do exposto, nota-se que as mulheres, somente pelo fato de pertencer ao gênero feminino sofrem preconceitos, pois de acordo com o pensamento que se perpetua entre gerações, lugar de mulher é em casa cuidando da família. Ademais, e quando se discute sobre a classe socioeconômica dessa mulher a questão ainda se torna mais crítica, pois as mulheres tem empregos com menores salários, sofrem com o preconceito de expressarem seus posicionamentos, são abusadas e violentadas constantemente, dentre outras questões de cunho preconceituoso e machista. Portanto, é notório as diversas barreiras que muitas mulheres enfrentam diariamente e, ao enfatizar as mulheres da EJAI, essas situações são mais acirradas ainda.

Em consonância com Bernar (2020), e destacando algumas partes dos relatos de três mulheres de uma turma da 2ª etapa da EJAI, em uma escola no município de Castanhal – PA, é possível concluir as diversas dificuldades que essas mulheres tem de voltar a frequentar e permanecer no ambiente escolar. Vale frisar alguns relatos:

Clara diz:

- *“Eu sempre quis estudar, mas parei muito cedo, porque ajudava minha mãe cuidar dos meus irmãos mais novos”.*

Ao analisar este relato fica evidentes a negação presentes em sua fala. Ela diz que parou de estudar muito cedo por ter que auxiliar sua mãe no cuidado com os irmãos mais novos, ou seja, foi submetida ao trabalho infantil em detrimento dos estudos, mesmo com o desejo de estudar foi necessário parar, devidos as condições que lhe eram impostas. Assim como Clara, muitas crianças e adolescentes param de estudar por ter que ajudar seus familiares nos trabalhos domésticos.

Melina afirma em sua fala:

- *“Eu morava muito longe da escola, meu pai pagava algumas pessoas pra ensinar a gente escrever e ler. Mas eu tinha muita vontade de ir pra escola, só que tinha que atravessar fazendas pra chegar na escola”.*

No caso de Melina, mesmo tendo o desejo de estudar não pode seguir sua formação educacional devido à dificuldade de chegar na escola, pois teria que passar por dentro de uma fazenda. Assim como ela, muitas crianças e adolescentes sofrem com a dificuldade em chegar nas escolas, seja por questão de locomoção, distância e tantas outras questões que lhes impossibilitam de irem estudar, principalmente as localidades ribeirinhas e zona rural que convivem com realidade dessa natureza.

Elysa enfatiza:

- *“Casei bem nova, tive três filhos, aí tinha que cuidar deles e da casa, meu marido trabalhava. Então não tinha como estudar, tive que parar, só voltei agora que eles (os filhos) estão mais criados”.*

Em relação a Elyza percebemos um caso comum que causam evasão escolar, a saber: a gravidez na adolescência. Muitas meninas deixam de estudar por causa de uma gravidez indesejada, algumas acabam se casando e tem que cuidar da criança, do lar e não conseguem conciliar a vida familiar com os estudos. A maioria dessas jovens ficam subjugadas a uma condição social e econômica desfavorecida, dificultando ainda a possibilidade de seguir com os estudos.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 53 é direito da criança e adolescente o acesso à educação, com o intuito do pleno desenvolvimento pessoal, sendo um momento de formação para o exercício da cidadania. Nesse sentido podemos considerar que uma criança que lhe foi negada o direito de frequentar o ambiente escolar não foi formada como cidadã consciente de seus direitos e deveres, e conseqüentemente na fase adolescente e adulta será uma pessoa fácil de ser dominada, de se submeter a relações abusivas, ao trabalho análogo ao escravo, enfim não adquiriu a capacidade de reivindicar os seus direitos.

De acordo com Freire (2019) de tanto ouvirem que são incapazes, “que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto” o ser humano oprimido acaba se convencendo da sua “incapacidade” (p. 69). Diante disso, percebemos que aquela criança e adolescente que são negadas o direito a educação provavelmente serão pessoas em que o opressor terá mais facilidade de estabelecer uma relação

opressor-oprimido, uma vez que a pessoa oprimida ainda não adquiriu a consciência de seus direitos, de sua capacidade de ser mais.

Ademais, ao fazer uma análise sobre a fala da aluna da EJAI a luz de Freire percebemos que essa criança (atualmente adulta) que foi negada o direito de estudar por precisar ajudar a mãe no cuidado com os irmãos, tornou-se uma oprimida muito precocemente. Vale destacar que por mais que a mãe de certa forma tenha sido opressora por oprimir sua filha, uma vez que não teve como deixa-la estudar, provavelmente essa mãe também era uma oprimida, seja pelo seu esposo, patrão ou mesmo pelo sistema capitalista, uma vez que a mesma precisava sair para trabalhar e deixar os filhos menores sob o cuidado da mais velha, para ir buscar o sustento da família. Nesse sentido, concluímos que é uma relação em que o oprimido se torna opressor por não ter a consciência de seu lugar na sociedade, ao mesmo tempo em que é oprimido acaba oprimindo os seus semelhantes.

Na segunda fala, observamos a consequência negativa da ausência de escolas no campo, vale frisar que o discurso é de uma senhora, ou seja, foi uma realidade vivida há mais de 50 anos, houveram muitos avanços, como a expansão do número de escolas construídas nos campos. No entanto, atualmente percebe-se um movimento de retrocessos, que é o fechamento das escolas do campo, são direitos alcançados com muitas lutas que estão sendo negados e desconstruídos. Santos e Garcia (2020) destacam que o processo de fechamento e nucleação das escolas do campo são projetos de políticas neoliberais que tem o intuito minuciosamente planejado, isto é, “implementar o modelo de desenvolvimento econômico capitalista baseado no agronegócio” (SANTOS e GARCIA, 2020, p. 16)

Além disso, na terceira fala observa-se uma jovem que casou-se precocemente e precisou interromper suas perspectivas com relação a escolaridade. Vale destacar algumas características da discente, a mesma é mulher, negra e pobre. Jardimino e Araújo (2014) destacam alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad) sobre taxa de analfabetismo relacionada ao gênero e a cor/raça, essas pesquisas fazem um comparativo entre os anos de 2002 e 2012.

Ao analisar os dados é possível concluir que por mais que a taxa de mulheres negras tenham diminuído com relação ao analfabetismo, com o passar dos anos essa taxa ainda é muito grande se compararmos com o gênero masculino e a raça branca. Pois por mais que tenham sido criadas algumas políticas de cunho afirmativo, elas ainda não estão sendo suficientes para solucionar a questão do analfabetismo no Brasil.

Nesse sentido, fica evidente a necessidade de garantir oportunidades de aprendizados e desenvolvimento social e cultural para todos sujeitos(as). Uma vez que muitas políticas públicas atuam com cunho paliativo, ao invés de solucionar a problemática de maneira permanente. Portanto, diante da discursão realizada acima nota-se, mesmo que brevemente, quem são os sujeitos da EJAI, e percebe-se a necessidade de fazeres pedagógicos que realmente reparem, equalizem e qualifiquem, com o intuito de formar seres humanos conscientes e emancipados.

4 OUTRAS PEDAGOGIAS A LUZ DE FREIRE E ARROYO

A discussão acerca das Outras Pedagogias corrobora com a pedagogia libertadora de Paulo Freire, na qual o autor defende “uma educação crítica, que busca a conscientização política, a participação e a emancipação” (CARVALHO, DEROSI e FONSECA, 2021, p 6), haja vista que esta busca viabilizar e valorizar os alunos e alunas enquanto sujeitos de direitos. Esta concepção citada acima, é contrária a educação tradicional, que defende uma educação bancária, na qual o “educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado” (FREIRE, 2019, p. 80). Além disso, vale destacar que na educação tradicional os alunos são como tabuas rasas onde os professores depositam seus conhecimentos.

Miguel Arroyo (2014) enfatiza que as teorias pedagógicas que são colocadas em prática aqui não são as trazidas de fora, do centro civilizado. Mas são concepções que foram gestadas pelo padrão de poder do colonizador, isto é, são “processos concretos de dominar, submeter os povos originários, indígenas, negros, mestiços, trabalhadores livres na ordem colonial escravocrata” (ARROYO, 2014, p. 11).

Diante disso, inferimos que as concepções pedagógicas que dominam e se perpetuam no decorrer da história são tecidas nas subalternações, nas relações opressor-oprimido, onde a prioridade não é uma educação de qualidade, gratuita e referenciada para todos, haja vista que vivemos em uma sociedade capitalista, cujo objetivo é sempre o lucro. Em contrapartida a essa pedagogia alienadora, defendemos uma educação que liberta os sujeitos da relação opressor-oprimido, que conscientiza o ser humano quanto aos seus direitos e deveres e o capacita a ser mais.

E para falar de Outras pedagogias e Outros sujeitos é necessário ter sensibilidade e criticidade para compreender o significado de um silêncio, um sorriso ou mesmo de uma retirada da sala (FREIRE, 2018). Pois ao observar relatos de pessoas que frequentam a EJAI atualmente, percebemos que muitos foram silenciados ou retiraram-se das salas de aula devido ao fazer pedagógico não atender as suas necessidades. Nesse sentido compreendemos a necessidade de Outras Pedagogias, na qual os Outros Sujeitos (alunas e alunos) do ensino-aprendizagem sejam valorizados.

Em diálogo com Abner, um jovem de 29 anos que atualmente é discente da turma de segunda etapa da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, o indaguei sobre o motivo de ter interrompido os estudos e ter voltado somente nesta fase da vida. O mesmo relatou que na sala em que frequentava no período de adolescência ele era o mais velho, era uma sala multisseriada,

no interior da sua cidade natal. Ademais, ele dizia que tinha muita dificuldade de entender os conteúdos que os demais colegas apreendiam com facilidade, e com isso sua professora o tratava mau devido o mesmo ser o mais velho e não aprender.

Além disso, disse que não tinha ninguém para ensinar em casa, pois morava com seus avós e os mesmos eram analfabetos. O aluno contou que surgiu uma chance de trabalhar, ajudando um vizinho com suas plantações, e como ele já não estava se sentindo motivado a permanecer na escola, o adolescente parou e foi trabalhar informalmente, e somente voltara a estudar atualmente quando migrou para cidade e surgiu a oportunidade de estudar durante a noite, haja vista que o mesmo trabalha durante o dia.

Desse modo, consideramos que as perspectivas com relação a voltar a frequentar o ambiente escolar é diverso e a valorização cultural dos estudantes é um pilar central no processo de ensino-aprendizagem (SANTOS E DANTAS, 2020). Este adulto que volta a frequentar a escola depois de alguns anos longe, traz consigo alguns traumas de um fazer pedagógico que não o valorizou enquanto sujeito de processo de ensino-aprendizagem.

Outrossim, trouxe também uma vasta experiência de vida, já tem uma família, ou seja, tem posicionamentos favoráveis a algumas ideologias e contrários a outras. Além de quer, é empregado, lida com as questões empregatícias, tem que seguir as normas de uma empresa. São diversas vivências que formam este ser, sejam elas emancipatórias ou alienadoras. O que se sabe são as experiências vividas por ele, fazem com que a maneira como ele lida com os processos de ensino sejam diferentes de uma criança, daí a necessidade de trabalhar com metodologias adaptados para cada faixa etária ou meio social, cultural e econômico.

Neste sentido, notamos a necessidade/possibilidade de “uma ação pedagógica que valorize e aproveite as experiências diversas que os estudantes apresentam, os modos como trabalham seus tempos e seus cotidianos.” (SILVA, SOUZA E BARBOSA, p.88, 2021). Além do mais, Arroyo (2014) destaca que não podemos falar de uma única pedagogia, mas de pedagogias antagônicas que são construídas nas tensas relações políticas, sociais e culturais.

Nesta perspectiva, percebemos que é preciso abordar sobre as Outras Pedagogias, nas quais as camadas populares são valorizadas, onde o discente que não tem incentivo em casa, seja incentivado na escola, onde a mulher negra, pobre e analfabeta tenha voz e vez. Pois é abordando também sobre temas de suas vivencias que o conteúdo se torna mais interessante para o alunado. É sobre tratar de um conteúdo que conscientize realmente sobre seu significado

na prática, por exemplo, iniciar um conteúdo a partir do que lhe é mais próximo para chegar ao mais distante, como maneira de tornar algo mais compreensível e emancipador.

Como relata Freire (2018), porque não aproveitar a experiência que tem o indivíduo que reside nas áreas abandonadas pelo poder público para falar sobre a questão do lixo e poluição. Pois os mesmos lidam com esta questão diariamente, e provavelmente ainda não tenham consciência sobre a situação que os prejudica diretamente.

Outra questão indispensável no contexto das Outras pedagogias é a discussão sobre termo Afrobetizar. Essa concepção tem o intuito de “de fomentar a reflexão crítica da condição da população negra na estrutura social, promovendo medidas educativas voltadas à emancipação dos sujeitos por meio do reconhecimento e autoconhecimento de si” (SANTOS e DANTAS, 2020, p. 9).

Ademais, as autoras destacam que a educação brasileira não possibilita que os(as) alunos(as) negros(as) encontrem seus caminhos e conheçam a verdadeira história de suas vidas, da cultura africana presente de forma tão intensa no Brasil. Nesse sentido, Afrobetizar é promover “práticas pedagógicas que [sic] estimulassem o protagonismo e a valorização do povo negro” (SANTOS e DANTAS, 2020, p. 9). Ou seja, é a valorização da cultura africana e afro-brasileira nos processos de ensino-aprendizado, como uma forma de garantir Outras pedagogias.

Arroyo (2014, p. 62) enfatiza que:

O pensamento educativo de Paulo Freire e sua pedagogia são uma construção em diálogo tenso com essa herança de fora e em diálogo marcante com a nossa dramática herança de conformação sacrificial dos subalternizados, oprimidos, como inexistentes, sub-humanos. Em lutas por libertação.

Portanto, discutir sobre Outros Sujeitos e Outras pedagogias, é um movimento de luta e resistência contra uma pedagogia que está imposta e se perpetua ao longo da história, a pedagogia tradicional. Pois, embora essa corrente difunda a ideia da igualdade de oportunidades, a mesma não leva em conta a igualdade de condições. Ademais, no que se refere aos conteúdos e procedimentos didáticos o que predomina é a fala do professor, a realidade dos alunos não interfere no fazer pedagógico.

Nesse sentido, defendemos uma educação que valoriza o educando enquanto sujeito do ensino-aprendizagem. Que tem um comprometimento com uma educação de qualidade, que defende a formação de um ser humano, enquanto ser crítico e reflexivo, consciente de seu lugar

no mundo. Pois como defende Paulo Freire (2018) a leitura de mundo precede a leitura da palavra, e para que a leitura da palavra aconteça é necessário a valorização da leitura de mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a refletir sobre os sujeitos da EJAI e as possibilidades de Outras Pedagogias no fazer pedagógico, foram estes dois eixos que nos direcionaram no decorrer desta reflexão. Buscamos compreender os sujeitos da EJAI, suas histórias de vida, suas razões pelas quais voltaram a estudar, visto que a o público da EJAI, na maioria dos casos, são pessoas que tinham parado de estudar e decidiram voltar à escola. Outrossim, refletimos sobre a possibilidade de Outras Pedagogias que fossem emancipadoras, pedagogias que de fato possibilitem a esses sujeitos uma educação libertadora, que forme cidadãos críticos, consciente, que não seja uma educação meramente mercadológica.

A partir dessas reflexões pode-se concluir que os alunos e alunas das turmas da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, tem experiências de vida na qual foi possível notar que os mesmos sofrem com diversos descasos, seja público ou familiar. São pessoas que enfrentam barreiras educacionais, sociais, culturais e econômicas, lidando com relações de subalternações e opressões constantemente. Percebemos essa realidade de forma mais enfática quando realizamos o estágio de docência onde foram feitas entrevista não-diretivas e caracterização da turma, nos possibilitando ter acesso a vários dados significativos dos sujeitos da EJAI.

Ademais, no que se refere ao fazer pedagógico notamos que ele tem capacidades positivas e negativas. Pois ele é o pilar fundamental no contexto escolar, é ele que vai direcionar a formação educacional e cidadã. No entanto, com base no relato de um dos sujeitos da pesquisa, concluímos que o fazer pedagógico também é capaz de evadir os discentes da sala de aula, fazendo com que eles desistam de estudar e tornem-se pessoas alienadas.

Por conseguinte, concluímos a necessidade de Outras pedagogias, na qual os Outros sujeitos sejam valorizados enquanto sujeitos de direito. Ademais, é preciso ressaltar que o desenvolvimento de pedagogias comprometidas com a vida, com o ser humano, é capaz de fazer mudanças positiva na vida dos discentes. Pois é por meio da educação que as pessoas são capazes de se formar enquanto individuo critico, reflexivo e consciente de seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M, M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 9.ed. – São Paulo: Atlas, 2009.
- ARROYO, M, G. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- ARROYO, M. Formar educadores e educadoras de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio José Gomes (Org.) Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 17-32
- BERNAR, Aline Praça. Narrativas e encontros: a negação da escolarização em histórias cotidianas de mulheres. 2020. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22304> . Acesso em: 25 out. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n. 11/2000. Brasília: CNE:MEC mai. 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf . Acesso em: 05 nov. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em 10 dez. 22.
- CARVALHO, T. C; DEROSI, C. C; FONSECA, K. H. L. Educação emancipatória: uma aproximação entre os conceitos de Paulo Freire e István Mészáros. **Revista Vértices**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 405–424, 2021. DOI: 10.19180/1809-2667.v23n22021p405-424. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16010> . Acesso em: 9 dez. 2022.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 69. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- _____, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 57. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- JARDILINO, J, R, L; ARAÚJO, R, M, B. Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas.1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- MINAYO, M, C, S, (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- RHODEN, J. L. M.; ZANCAN, S. A perspectiva da abordagem qualitativa narrativa de cunho sociocultural: possibilidade metodológica na pesquisa em educação. **Educação**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. e61/ 1–22, 2020. DOI: 10.5902/1984644436687. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/36867> . Acesso em: 10 dez. 2022
- SANTOS, V, C; GARCIA, F, M. O fechamento de escolas do campo no Brasil: da totalidade social a materialização das diretrizes neoliberais. **Revista Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino**,

Dossiê n.4, Vol. 1, out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.47456/krkr.v1i4.31790>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/31790>. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

SEVERINO, A, J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J, L; SOUZA, J, C, L; BARBOSA, C, S. Vinte anos do Parecer CNE/CEB N. 11/2000: dos avanços aos desafios ainda não superados pela EJA. **e-Mosaicos**, [S.l.], v. 10, n. 24, p. 81-95, set. 2021. ISSN 2316-9303. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/57738>. Acesso em: 10 nov. 2022. doi:<https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2021.57738>.

SANTOS, C, L, N; DANTAS, T, R. Processo de Afrobetização e Letramento de (Re)Existências na Educação de Jovens e Adultos. *Educação & Realidade* [online], v. 45, n. 1. 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-623696659>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/3m9rF3PC5dL4ZdD6PyRMsm/abstract/?lang=pt#> . Acesso em: 21 out. 2022.